

REQUERIMENTO

Assunto: Apoio às Festas Populares

Em Julho de 2001, os Deputados subscritores solicitaram esclarecimentos ao Governo Regional dos Açores, relativamente ao tratamento discriminatório dado às várias organizações de festas tradicionais na Região.

Porém, até esta data, o Governo Regional não se dignou dar qualquer resposta sobre o assunto, numa postura de claro desrespeito para com a Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Em tal requerimento evidenciava-se que a realização de festas tradicionais nos Açores, quer ao nível das festividades do Espírito Santo, quer das demais festas realizadas nas várias freguesias, vilas e cidades do arquipélago, assume-se como um dos principais factores da identidade cultural do nosso povo e uma referência de relevo no âmbito da promoção turística das ilhas.

Os eventos festivos que enchem o arquipélago de festa contam com esforço gracioso dos organizadores e com o empenho das populações e entidades locais.

Na tentativa de minimizar os custos inerentes à organização de tais festejos, várias comissões têm solicitado apoios aos vários departamentos governamentais bem como à própria Presidência do Governo, tendo obtido genericamente respostas negativas.

Pelo contrário, outras organizações têm recebido apoios financeiros excepcionais e extraordinários, havendo notícia de alguns deles nem sequer terem sido formalmente solicitados ao Governo Regional.

Constatava-se, assim, que têm sido atribuído apoios financeiros a festas tradicionais de forma claramente discriminatória que, sem ser baseada em critérios claros ou em normativos pré-definidos, torna injusto o tratamento dado às várias organizações de festejos tradicionais das nossas ilhas.

Tal postura discriminatória, infelizmente, mantém-se no corrente ano.

Com efeito, e meramente a título de exemplo, refira-se o caso da III Feira de Gastronomia Internacional do Atlântico, realizada na Praia da Vitória, que, apesar do impacto de grande alcance revelado na qualidade e reconhecimento que tem para além do arquipélago, assumindo-se já como um grande cartaz turístico das ilhas, não recebeu qualquer apoio do Governo Regional, que nem assumiu a candidatura do evento a fundos comunitários, ao contrário do que aconteceu, por exemplo com a I Feira de Gastronomia da freguesia da Ribeira Chã, no concelho da Lagoa, que conforme noticiado recebeu o apoio do Governo Regional.

Assim, nos termos regimentais e estatutários, os Deputados subscritores voltam a solicitar relativamente aos eventos festivos e culturais realizados em 2001 e 2002, os seguintes elementos:

- 1- Identificação de todas as decisões governamentais que decidam a concessão de subsídios ou apoios financeiros a festas e eventos culturais;
- 2- Identificação de todas as entidades que beneficiaram dos apoios em causa, bem como daquelas que receberam respostas negativas aos seus pedidos;
- 3- Cópias dos requerimentos que solicitaram os apoios financeiros concedidos;
- 4- Identificação dos critérios ou normas subjacentes à concessão dos apoios financeiros ou subsídios em apreço.

Angra do Heroísmo, 5 de Agosto de 2002

Os Deputados Regionais

Clélio Meneses
Raúl Rego
Bento Barcelos